ATA NÚMERO DOIS MIL, SEISCENTOS E OITENTA E NOVE (2.689)

Aos vinte dias do mês de maio do ano de dois mil e três reuniu-se, no Plenário Vereador César Augusto Leoni, o Poder Legislativo Municipal da Lapa, sob a presidência do Vereador Adriano Hamerschmidt, secretariado pelo Vereador Osvaldo Benedito Camargo e pela Vereadora Valentina da Luz Piovezan Batista, presentes os Vereadores: José Luiz de Castro, Marco Antonio Bortoletto, Dirceu Rodrigues Ferreira, João Renato L. Afonso, Antonio Luiz Carlos Cavalini, Sérgio Augusto Leoni, Elísia Martins, Alceu Hoffmann, Vilmar C. Fávaro e Walter José Horning. Contando com a presença do Deputado Estadual Natálio Stica, o Senhor Presidente o convidou a fazer parte da Mesa.

À Hora Regimental o Presidente declarou aberta a Sessão, iniciando com a deliberação da ata anterior, de número dois mil, seiscentos e oitenta e seis, que foi aprovada por unanimidade.

No Expediente do Dia, foi feita a leitura pelo 1° Secretário da correspondência recebida, onde constou o seguinte: Ofício n° 131, do Poder Executivo Municipal, encaminhando para apreciação projeto de Lei n° 20/03, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária para o Exercício Financeiro de 2004 e dá outras providências. Ofício n° 139, do Poder Executivo Municipal, comunicando veto parcial ao projeto de Lei n° 015/2003. Ofício n° 136/03, do Executivo Municipal, em resposta à indicação do Vereador Vilmar C. Fávaro. Ofício n° 080/03, da Secretaria de Administração, em resposta à indicação da Vereadora Elísia Martins. Ofício n° 91, da Secretaria Estadual do Desenvolvimento Urbano, em resposta a requerimento do Vereador Sérgio Augusto Leoni. Ofício n° 43/03, do Diretor Geral do Hospital Hipólito e Amélia Alves de Araújo, agradecendo manifestação desta Casa. Fax de OLHE Promoções e Eventos comunicando indicação do Vereador Adriano Hamerschmidt para recebimento de homenagem com o prêmio - Vereadores Atuantes do Estado do Paraná. Ofício n° 135/03, da Deputada Estadual Elza Correia, colocando a disposição seu gabinete na Assembléia Legislativa. Do Senador Álvaro Dias, comunicando informações sobre distribuição dos equipamentos fornecidos pela Interlegis. Ofício n° 025/2003, do Conselho Municipal de Saúde, solicitando empréstimo das dependências do Plenário. Noticiário IBAM. Convite do Programa Interlegis para Seminário Nacional. Convite da Polícia Militar para Formatura Interna. Convite da Prefeitura Municipal da Lapa para Ciclo de Palestras. Convite do Conselho Municipal de Saúde para Audiência Pública. Boletim Oficial n° 760.

Ainda no Expediente do Dia foi feita, pela 2ª Secretária, a leitura do resumo da correspondência expedida.

Dando início à Ordem do Dia, presente os Vereadores Osvaldo Camargo, José Luiz de Castro, Marco Bortoletto, Dirceu Ferreira, João Renato Afonso, Antonio Luiz Cavalini, Sérgio Leoni, Elísia Martins, Valentina Batista, Alceu Hoffmann, Vilmar Fávaro e Walter Horning.

Em Discussão Única o Veto Parcial ao Projeto de Lei n° 11/03, que concede subvenção que especifica e dá outras providências.

Livre a palavra para discussão, fez uso dela o Vereador João Renato dizendo que como Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação pede aos Vereadores que votem pela manutenção do veto. Quando do protocolo do projeto de lei, onde pedia autorização para conceder subvenção à Sociedade São Vicente de Paulo, entende que a Lei mil seiscentos e oito deveria ter seu artigo primeiro revogado, pois previa uma doação de mil e duzentos reais aos Vicentinos. Quando da propositura do projeto número cinco este artigo não foi revogado, sendo o projeto aprovado por unanimidade, entendiam a necessidade de revogação, o qual no entendimento da Assessoria Jurídica do Prefeito dizia não haver a necessidade. A intenção dos Vereadores era simplesmente fazer uma correção da Lei para que amanhã ou depois o Executivo tivesse autorização de doar também os mil e duzentos reais. O Executivo entende de outra forma e sendo a Sociedade São Vicente de Paulo, uma entidade de renome, prestígio e interesse na cidade. Vota pela manutenção do veto e pede a todos os Vereadores para que mantenham o veto do Executivo.

Esclarecendo o Presidente disse que na verdade o veto foi destinado a Comissão de Legislação, Justiça e Redação, não havendo pedido para que a Assessoria Jurídica desta Casa se pronunciasse em relação ao Veto. Tem o parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação aonde que o Vereador Sérgio na qualidade de relator opina pela apreciação do Veto em Plenário.

Com a palavra o Vereador José Luiz disse que em conversa com o Assessor Jurídico, Doutor Clóvis, ele o informou de que não haveria problema na questão da legalidade do projeto que foi aprovado por esta Casa, do veto do Prefeito aos Vicentinos. Como não há óbice por parte da Assessoria Jurídica e considerando o parecer dos dois ilustres membros da Comissão que assinaram o parecer, este Vereador vota pela derrubada do veto.

Novamente com a palavra o Vereador João Renato disse que vota em que seja mantido o veto porque entende que quando da propositura do projeto inicial existe esta falha, permitindo o Prefeito liberar dois mil reais pretendidos pelo projeto atual e o valor de mil e duzentos pela Lei antiga. A intenção da emenda inicial era simplesmente tentar corrigir o projeto, mas entendem com este ato da correção, prejudicar aquela entidade. No aspecto da legalidade a emenda do Vereador José Luiz tem como parecer da Assessoria Jurídica e da Comissão de Legislação, Justiça e Redação e o voto do Plenário estão certos, mas se o Prefeito veta o projeto, pressupõe-se que ele quer liberar mais mil e duzentos reais. Pede que o Vereador José Luiz reconsidere seu voto.

Mais ninguém querendo fazer uso da palavra, foi o Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 11/03, que concede subvenção que especifica e dá outras providências, colocado em votação secreta sendo mantido o veto por doze votos contra um.

Foram escrutinadores os Vereadores Elísia Martins e Marco Antonio Bortoletto.

Em 2ª discussão o anteprojeto de Lei nº 19/03, de autoria do Executivo Municipal, que concede auxílio financeiro à Associação Agroesportiva União Iguaçu.

O Senhor Presidente esclarecendo disse que foi protocolado nesta Casa às dezenove e trinta e seis minutos uma subemenda à emenda modificativa a qual devem discutir. Durante a semana houve entendimento com a Assessoria Jurídica desta Casa. Existem alguns caminhos a seguir e consulta a Casa, quais posições devem adotar, ou suspendem a Sessão para que as Comissões se manifestem com relação à subemenda ou retiram o projeto da Ordem do Dia para que esses pareceres sejam feitos durante a semana.

Livre a palavra para discussão, fez uso dela o Vereador João Renato dizendo que no dia seis de maio, aproximadamente às dezenove horas e vinte e cinco minutos, o Vereador Osvaldo veio até este Vereador comunicando o projeto e pedindo para que os Vereadores da Comissão de Legislação, Justiça e Redação fizessem o parecer, este Vereador nem havia recebido o despacho. Despachou e no mesmo momento nomeou um relator. Quando do relato da Comissão e indagado a respeito da matéria foi explícito sobre a mesma de que não se manifesta. Como membro da Comissão continua com o mesmo pensamento por ter interesses e divergências no projeto, por ser uma matéria que trata de uma subvenção para uma determinada associação de sua localidade. Acha que essa máxima do Presidente em dizer que existem vários caminhos a seguir, o mesmo está rasgando e pondo no fogo o Regimento Interno, pois sabe e tem conhecimento que quando recebem uma proposição deverá despachar para a Comissão de Legislação e o Presidente desta Comissão terá quarenta e oito horas para nomear um relator e este, terá cinco dias para relatar a matéria. Oferecer dois caminhos é um confronto e desrespeito com a Comissão de Legislação, Justiça e Redação. Se atitudes como esta forem uma constante nesta Casa de Leis, joga-se fora o Regimento Interno e partem para a ditadura. Acha que matéria de qualquer natureza dentro desta Casa deve atender o disposto no Regimento Interno. Não está criticando a Associação, mas em defesa da Comissão de Legislação, Justiça e Redação desta Casa, o qual este Vereador é Presidente.

Solicitando um aparte o Vereador Cavalini disse que seria interessante já que o Vereador João Renato faz parte daquela região pudesse se manifestar.

Continuando o Vereador João Renato disse que quanto à legalidade não existe nada de errado. Quanto ao mérito este Vereador irá se posicionar como sempre fez nesta Casa de Leis, mas por se tratar de uma matéria de projeto de lei número dezenove pedindo regime de urgência, ter protocolado nesta Casa diversos outros projetos anteriores com também pedido de urgência este Vereador se sentiria desconfortável como Presidente da Comissão quando justificar, onde estarão usando desta forma dois pesos e duas medidas. Como membro da Comissão tem dever moral de defender a legalidade dentro desta Casa de Leis.

Com a palavra o Vereador Osvaldo disse que no momento em que o Vereador João Renato, Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação pediu para que apontasse o relator, não que seja contrário à pessoa do Vereador Sérgio, mas o mesmo não se encontrava no momento e de imediato falou com o Vereador José Luiz. Assim sendo pede a suspensão da Sessão por cinco minutos para as Comissões se pronunciem.

Esclarecendo o Presidente Adriano disse que estão diante de um fato em que foi protocolado a emenda e o caminho corriqueiro é de que passe pelo crivo das Comissões que já foram ouvidas. Não resta dúvida de que as Comissões e em especial a Comissão de Legislação, Justiça e Redação sempre se mostrou pronta, dentro da legalidade e tentando manter a correção e a lisura de todo processo. Discorda em alguns momentos do posicionamento do Vereador João Renato porque em momento algum esta Presidência pensou em rasgar o Regimento Interno. Quando foi votada a propositura do Vereador João Renato com relação à regulamentação do Boletim Oficial desta Casa e o projeto de Declaração de Utilidade Pública também teve postura semelhante, pois tem como primordial nesta Casa que os projetos sejam tratados dentro de um bom senso, principalmente no que se refere a sua tramitação. Quando a Presidência levantou a solicitação do Vereador Osvaldo, agora ratifica pois poderia partir dele mesmo no sentido de solicitar a possibilidade de suspender a Sessão e as Comissões se manifestarem com relação a esta emenda. Não pode a Presidência decidir se a Comissão vai ou não se manifestar, aonde entende pelo discurso do Vereador João Renato que a Comissão queira, com direito e legitimidade, não se manifestar nesta Sessão. Existem dois caminhos, suspendem a Sessão para serem ouvidas as Comissões ou simplesmente retiram o projeto da Ordem do Dia. É neste sentido que espera que o Plenário se manifeste e não quer de forma alguma constranger os Vereadores, muito menos as Comissões.

Com a palavra o Vereador João Renato disse que em momento algum este Vereador deixará passar nada de ilegal nesta Casa sem passar pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação. Se for despachado neste momento, instantaneamente passará para a Comissão, cabendo ao Vereador José Luiz relatar e o Vereador Sérgio concordar. Se depender de seu voto de desempate, mantém sua postura, onde não se manifesta sobre a matéria.

Com a palavra o Vereador José Luiz disse que na sua opinião o mais correto é a retirada desta matéria da Ordem do Dia, visto ser este assunto polêmico, controvertido e como é uma matéria que não exige tempo e urgência e devida a presença do Deputado Natálio Stica que irá fazer uso da palavra, pede pela retirada do projeto. Outro aspecto levantado é que para este Vereador a emenda é ilegal e imoral, onde a Prefeitura e a Câmara não podem liberar recursos para uma associação onde à mesma apresenta apenas a posse, aonde tem que apresentar a propriedade do imóvel, pois amanhã ou depois podem ser acusados de coniventes numa situação ilegal e talvez até judicial conforme denúncias que por ventura possa acontecer junto à Promotoria Pública.

Solicitando um aparte o Vereador Cavalini disse que com a posse, devidamente coletadas as assinaturas, registradas em Cartório e fazer a averbação em títulos e documentos caracterizando a legítima posse. É evidente que os grandes financiamentos

vindo de Brasília e de Curitiba exigem matrículas porque não conhecem a realidade do Município, mas neste caso é diferente. Se providenciar as assinaturas dos confrontantes e averbar em títulos e documentos, até garantir mais ou menos o trâmite de oito meses a um ano que é o usucapião para sair à matrícula, a posse fica garantida e não correm riscos de imoralidade. Pede ao Vereador Osvaldo que providencie as assinaturas, anexando identidade e CPF para reconhecer firma. Não há imoralidade nenhuma nesta propositura.

Continuando o Vereador José Luiz disse que volta a afirmar que é ilegal e imoral na sua concepção. Respeita a opinião do Vereador Cavalini, mas não vai dar seu voto, e se esta subemenda vier a ser aprovada, seu voto será contrário e ao projeto em si. Não quer ser conivente com uma situação que considera irregular e imoral. Este documento, até a semana que passou não tinha assinatura do comprador e o terreno mencionado pelo que lhe consta era de propriedade de uma pessoa já falecida, aonde foi feito inventário e o mesmo não foi registrado, foi vendido parte ideal e outras coisas mais. Nesta situação não acha prudente uma pessoa pensar que apenas um registro em Cartório vai dar posse definitiva a esta entidade. Sabe que talvez seja o único discordante, mas tem o direito de continuar votando no que acha correto. É um valor de quinze mil reais para uma associação que tem seis a oito famílias, sendo uma entidade fechada, deve ser bem analisada.

Mais ninguém querendo fazer uso da palavra, o Senhor Presidente disse que diante das explanações feitas, a Comissão Executiva entende que o projeto deva ser discutido durante a semana, mesmo porque há o parecer Jurídico anexado e que pode servir de embasamento até para o Vereador José Luiz com relação à legalidade.

Com a palavra o Vereador João Renato disse que tendo em vista a manifestação do Vereador Cavalini e que concorda que o título de propriedade é valido desde que seja registrado em Cartório. Como Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação pede ao Vereador Osvaldo que providencie o reconhecimento de firma para que a Comissão possa se basear na legalidade desta emenda. Não sabe como será o posicionamento dos Vereadores José Luiz e Sérgio como relator, mas qualquer dos dois depois do parecer pronto poderá levantar o que o Vereador Cavalini sugeriu.

Portanto fica o anteprojeto de Lei nº 19/03, de autoria do Executivo Municipal, que concede auxílio financeiro à Associação Agroesportiva União Iguaçu e dá outras providências, para ser discutido na próxima Sessão.

Em 1ª discussão o anteprojeto de Lei nº 08/03, de autoria do Executivo Municipal, que desafeta as áreas que especifica e dá outras providências.

Livre a palavra para discussão, fez uso dela o Vereador José Luiz dizendo que o Prefeito tem enviado recentemente vários projetos no sentido de que desafeta áreas públicas com o intuito de amanhã ou depois fazer projetos de moradias populares. Sendo áreas pequenas vai fazer com que futuramente encareçam os valores destas casas, já que em cada local tem que se fazer trabalhos iniciais de engenharia e considerando ainda que o Município precisa de áreas no futuro para se construir creches e outras unidades.em favor da população, acha que seria bom para o Executivo adquirir apenas uma área e na mesma com a aprovação desta Casa, fazer um grande projeto de urbanização com construção de casas populares. Por discordar da desafetação destas áreas este Vereador votará contra esta e a próxima matéria que também é do mesmo assunto.

Mais ninguém querendo fazer uso da palavra, foi o anteprojeto de Lei nº 08/03, de autoria do Executivo Municipal, que desafeta as áreas que especifica e dá outras providências, colocado em votação sendo aprovado por onze votos dos Vereadores Osvaldo Benedito Camargo, Marco A. Bortoletto, Dirceu R. Ferreira, João Renato L. Afonso, Antonio Luiz Carlos Cavalini, Sérgio A. Leoni, Elísia Martins, Valentina da L. P. Batista, Alceu Hoffmann, Vilmar Fávaro e Walter Horning, contra um voto do Vereador José Luiz de Castro.

Em 1ª discussão o anteprojeto de Lei nº 14/03, de autoria do Executivo Municipal, que desafeta da condição de área de preservação, imóvel que especifica e dá outras providências.

Havendo solicitação de alteração feita pelo autor, foi esta emenda inicialmente colocada em discussão.

Livre a palavra para discussão, fez uso dela o Vereador Cavalini dizendo que não há problema, inicialmente em a Câmara autorizar, mas o Prefeito tem que observar a questão da Lei quatro mil setecentos e setenta e um que é o Código Florestal Brasileiro no seu artigo segundo onde diz que se a área de preservação é permanente é necessário que os órgãos Estaduais e Federais se manifestem.

Solicitando um aparte o Vereador João Renato disse que segundo o Vereador Cavalini devem colocar um adendo no corpo do projeto para que o Prefeito possa fazer esta determinação.

Continuando o Vereador Cavalini disse que é apenas uma observação não no corpo da Lei senão teriam feito através de emenda. No artigo segundo da Lei do Código Florestal Brasileiro é considerada área de preservação permanente dentro dos trinta metros. Provavelmente esta matrícula está averbada em Cartório e anular-se uma averbação seria um segundo passo ao desafeto.

Novamente solicitando um aparte o Vereador João Renato disse que solicita ao Vereador Cavalini tendo em vista o posicionamento do Vereador José Luiz de votar contra. Pede que o Vereador Cavalini marque um dia da semana para que possam trocar idéias sob o aspecto legal juntamente com o Assessor Jurídico desta Casa. Conclui dizendo que o Vereador Cavalini, como Engenheiro Agrônomo é estudado no assunto dentro desta Casa.

Continuando o Vereador Cavalini disse que se as áreas de preservação atingirem metade da área requerida, de repente o Prefeito até perde o interesse.

Com a palavra o Vereador Osvaldo fez a leitura do parecer jurídico para esclarecer o assunto abordado.

Com a palavra o Vereador João Renato disse que a Comissão de Legislação, Justiça e Redação junto à Assessoria Jurídica procuraram ajudar o Executivo Municipal e quando da propositura do original veio constando uma área de onze mil seiscentos e sessenta e quatro metros quadrados, portanto a área é de onze mil cento e sessenta e quatro metros quadrados como consta o parecer da Comissão.

Mais ninguém querendo fazer uso da palavra, foi Emenda de autoria do Executivo Municipal, colocada em votação sendo aprovada por unanimidade.

Em 1ª discussão o anteprojeto de Lei nº 14/03, de autoria do Executivo Municipal, que desafeta da condição de área de preservação, imóvel que especifica.

Livre a palavra para discussão e ninguém querendo fazer uso da palavra, foi o anteprojeto de Lei nº 14/03, de autoria do Executivo Municipal, que desafeta da condição de área de preservação, imóvel que especifica e dá outras providências, com a emenda colocada em votação sendo aprovado por onze votos dos Vereadores Osvaldo Benedito Camargo, Marco Antonio Bortoletto, Dirceu R. Ferreira, João Renato L. Afonso, Antonio Luiz Carlos Cavalini, Sérgio Leoni, Elísia Martins, Valentina Batista, Alceu Hoffmann, Vilmar Fávaro e Walter Horning contra um voto do Vereador José Luiz de Castro.

Nada mais constando na Ordem do Dia, passou-se a leitura dos requerimentos e indicações apresentados: Requerimento do Vereador José Luiz de Castro, à Secretaria de Transportes do Estado, solicitando informações oficiais dos critérios usados para elevar o preço da passagem Lapa-Curitiba. Requerimento do Vereador José Luiz de Castro ao Presidente do Poder Legislativo Municipal, solicitando que convoque o Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo e o Diretor de Indústria e Comércio para participar de reunião sobre a Cooperfraldas. Indicação do Vereador Osvaldo Camargo

ao Executivo Municipal para que conceda subsídio mensal a alunos residentes nesta cidade que estudam na escola Agrícola de Rio Negro. Indicação do Vereador José Luiz de Castro a Secretária Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, para poda nas árvores da Avenida Manoel Pedro. Indicação do Vereador José Luiz de Castro ao Executivo, para a atualização de Plano de Cargos e Salários do Município. Indicação do Vereador João Renato Afonso ao Executivo Municipal para que se proceda estudos no sentido de fazer convênio com a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Ministério Público, para oferecer serviços de Psicologia e Assistência Social aos presos da cadeia pública da Lapa.

Ninguém querendo colocar qualquer requerimento ou indicação em destaque, foram todos deferidos ficando à disposição dos Senhores Vereadores, juntamente com o Expediente, na Secretaria desta Casa.

Antes do início do Grande Expediente, fez uso da palavra o Deputado Stica dizendo que tem vários motivos e satisfação de estar nesta Casa de Leis nesta Sessão, destacando primeiro por ser filho desta cidade, onde nasceu e morou até os dezessete anos. Saiu da Lapa em busca de uma vida melhor, já que não havia muitas opções. Por este motivo foi morar em Curitiba trabalhar como frentista de posto de gasolina, até que conseguiu mediante concurso público entrar na Petrobrás em mil novecentos e setenta e seis, depois como sindicalista e Vereador de Curitiba. O segundo motivo é que como Vereador de Curitiba no terceiro mandato e agora como Deputado Estadual, aprendeu a valorizar no trabalho do Parlamento em especial o trabalho do Vereador. O Vereador é o pára-choque do povo e o político que tem o contato direto com a sociedade. Nos seus dez anos como Vereador de Curitiba aprendeu a respeitar o papel do Vereador exatamente por este contato direto. Na Assembléia ainda existe este contato, mas amplia-se a área de trabalho e diminui um pouco este contato. É uma satisfação estar na Lapa, nunca veio como Vereador de Curitiba e é a primeira vez que está nesta Casa, até mesmo porque como Vereador não podia ajudar em nada, mas como Deputado às coisas modificam, onde o seu papel será trabalhar pelo Paraná. Não pode e nem poderia deixar de dar prioridade para a cidade que nasceu e que tem o maior orgulho em dizer lá fora, aliás os lapeanos fazem muito isso quando saem da Lapa, dizendo que a Lapa está para o Paraná, como o Rio Grande do Sul está para o Brasil na questão da cultura e orgulho da história. Uma das promessas que fez na sua campanha era a de ter um escritório na Lapa e quando fez esta promessa fizeram muitas criticas a sua pessoa e depois de eleito quando disse que iria cumprir esta promessa lhe chamaram de louco e que arrumaria dor de cabeça. Disse que se acostumou no seu trabalho como político a fazer e buscar desafios e não tem dúvidas que há na mentalidade ainda na cultura popular que o parlamentar seja ele Deputado ou Vereador de ter a obrigação de ajudar a todos quando das necessidades emergenciais e neste momento em que o Brasil tem cinqüenta milhões ou mais de cidadãos excluídos da sociedade e que estão abaixo da linha da pobreza, seja qualquer político acaba recebendo um número muito grande de pessoas desesperadas e desempregadas e que buscam numa tentativa de ajuda. Sabe que em seu escritório na Lapa também vai acontecer muito isto, mas em Curitiba recebia as pessoas e sempre jogou muito claro, e olho no olho dizia que não era aquele o papel do Vereador, mas sim em fazer com que a Prefeitura fizesse o melhor para os cidadãos. Sabe que não poderá atender todos os pedidos que virão no seu escritório, mas vai dizer o que podem fazer. O objetivo de seu escritório na Lapa será em fazer com a representatividade na Assembléia fique mais perto da Lapa e dos Vereadores independente da cor partidária, pois são Vereadores eleitos pela população da sua cidade, onde respeita e estará sempre de portas abertas para pegar as reivindicações da Lapa e região tornando-se o porta-voz. Quer fazer o melhor trabalho possível e vai precisar da ajuda e apoio dos Vereadores, para que venha para a Lapa investimentos e dinheiro público para ser bem gasto, para discutir a questão dos hospitais e da possibilidade de ter na Lapa um Hospital

Regional. Na área de cultura está praticamente certo uma ajuda da Petrobrás com verba para restauração do Theatro São João que faz parte hoje da Cultura Lapeana. E o seu último contato foi com a empresa que está fazendo o asfalto da rodovia, para que apresente um projeto para que possam reestruturar a entrada da Lapa com arborização, pois está terrível a mesma. A Lapa é uma cidade histórica e que lá fora as pessoas que ainda não conhecem tem o desejo de conhecer pela beleza da preservação. Quer ajudá-los e estar a disposição, sendo o porta-voz dos Vereadores na Assembléia junto ao Governo Requião que teve o apoio do Partido dos Trabalhadores a qual pertence. A cidade da Lapa está entre os mais baixos IDH Índices de Desenvolvimento Humano do Estado do Paraná. Convida todos os Vereadores para a inauguração de seu escritório, onde vai ter um show com Willian e Renam ao povo lapeano. Estará trabalhando pela Lapa e região com muita garra e disposição, pois tem uma dívida e espera cumprir com êxito. Agradece pela recepção e espera também poder recepcioná-los quando forem a Curitiba, e recebê-los como vice-Presidência da Assembléia Legislativa.

Abrindo-se as inscrições para o Grande Expediente, inscreveram-se os Vereadores José Luiz de Castro, João Renato L. Afonso, Sérgio A. Leoni e Vilmar C. Fávaro.

Com a palavra o Vereador José Luiz disse que solicita a presença do Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e também do Diretor de Indústria e Comércio para tratar dos assuntos da Cooperfraldas e a situação atual da mesma.

Solicitando um aparte o Presidente Adriano perguntou ao Vereador José Luiz se há preferência com relação ao dia desta visita ou deixam a preferência ao Secretário e também se a conversa é com a Comissão ou com a Casa toda.

Continuando o Vereador José Luiz disse que, de preferência com a Casa toda, vai levantar alguns aspectos da situação da Cooperfraldas e pode ser feito após a Sessão do dia vinte e sete. Na noite de sábado passado foi procurado em sua residência por dois cidadãos, esposos de senhoras cooperadas e no meio da conversa recebeu um documento e a cópia do mesmo foi tirado xerox e entregue a todos os Vereadores. Sobre o que está relatado com o título O Conto do Vigário onde diz que era uma vez com a conivência do Prefeito Paulo Furiatti a Cooperfraldas faliu. Com a conivência e o discurso inaugural do Senhor Prefeito da Lapa, conforme matéria publicada no Jornal Folha Lapeana datada de oito de fevereiro a vinte e dois de fevereiro de dois mil e dois, intitulado e fundado a Cooperativa de Produtores de Fraldas. Leva a conhecimento de todos que a Cooperfraldas não prosperou, não sabem o por que, podem ser leigas no assunto, incompetências administrativas e não houve nenhuma consultoria junto ao Sebrae para análise de inviabilidade do projeto, conseqüentemente não havendo rentabilidade para os sócios cooperados, inclusive assumindo um prejuízo no valor de quinhentos reais obtidos através de um empréstimo particular junto ao Banco Bradesco da Lapa para capitalizar a cooperativa. Os sessenta e três sócios cooperados exigem providências e esclarecimentos junto ao Prefeito, pois depositam disposição e esperança na expectativa de conseguir um trabalho digno, mas foram ludibriados por uma quadrilha e bando de estelionatários que abusaram da ingenuidade e boa fé. São eleitores e cidadãos de respeito, não são laranjas e nem usam nariz de palhaço. Perguntam então ao Prefeito se ele não pensa na reputação de Prefeito e prestígio, onde poderá ser usado contra o mesmo nas próximas eleições ao exemplo da tal Casa Blanca Florest, enfim o povo não tem memória curta. É um manifesto de protesto e indignação, datado do dia doze de maio de dois mil e três. Cópia deste manifesto foi entregue na Prefeitura, conforme este Vereador tem conhecimento. Pergunta o que houve com a Cooperfraldas, onde era um programa que tinha apoio da Prefeitura. As inscrições das pessoas que queriam se tornar cooperadas desta Cooperativa foram feitas através de funcionários do Município, alguém vendeu ilusão de que iriam ganhar mil reais por mês, alguns sócios deixaram seus empregos confiando numa perspectiva de vida melhor para si e

para sua família. Hoje vê pessoas desesperadas, com financiamentos junto ao Bradesco de sessenta e oito reais por mês durante doze meses para cobrir a capitalização de suas entradas nesta Cooperativa. Há necessidade de se fazer algo por estas pessoas e que possam ter um diálogo e virem a saber o que realmente aconteceu. Soube que as pessoas trabalharam mais de novena dias e ninguém recebeu um centavo sequer pelo pagamento de seus trabalhos. A Cooperativa teria vendido um lote de dez mil fraudas para uma empresa de Santa Catarina e quando este produto chegou a seu destino tiveram a informação de que era de qualidade inferior e que não tinha valor comercial, mas esta mercadoria não voltou para a Lapa. Teve a informação também de que alguém teria pagado para a Cooperativa através de um cheque e o mesmo era frio, mas ninguém viu o cheque. A realidade é que devem ver o que realmente está acontecendo com a Cooperfraldas e na Audiência com o Secretário ver outros aspectos sobre industrialização na Lapa nestes últimos dois anos de meio, pois outras empresas vieram para a Lapa, tiveram benefícios do Governo Municipal e simplesmente evaporaram, trazendo conseqüências terríveis às pessoas que trabalhavam nas mesmas. É necessário que o Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico possa vir a esta Casa com todos os documentos para que os Vereadores como Câmara Municipal, Prefeitura Municipal, Cooperados dessa Cooperativa e sua diretoria e contador para prestar informações sobre o que realmente houve com a falta de pagamento e saber também sobre o que tem de dívidas. Precisam saber como vai ficar tudo isto, este prejuízo, e se as cooperadas terão que ainda reembolsar a cooperativa. Por que a Prefeitura não deu assessoria através dos órgãos públicos como o Sebrae, Secretaria de Indústria e Comércio e até da própria Prefeitura a este grupo de pessoas que se entusiasmaram, acreditaram e confiaram e até certo ponto foram enganadas por uma ou mais pessoas. Informa também que tem cópias de todos os artigos que saíram sobre a Cooperfraldas na imprensa local da cidade. As providências que estão sendo tomadas não se referem apenas no âmbito político, pois há um grupo de nove pessoas que passaram a procuração a um advogado e o mesmo já entrou com uma medida solicitando informações a Presidente desta Cooperativa. Não está acusando em hipótese alguma que a Presidente agiu de má fé, está apenas levantando de que os cooperados estão numa situação difícil e a Presidente como cooperada provavelmente esteja em situação idêntica. Este documento enviado ao Advogado foi enviado cópia ao Promotor Público e este intimou a reclamada para no dia cinco de junho de dois mil e três participar de uma Audiência no Fórum para levar documentos para justificar. Deixa este apelo ao Secretário de Desenvolvimento Econômico, juntamente com sua assessoria para repassar estas informações e principalmente para as pessoas que são cooperadas têm necessidade de saber e ter conhecimento para poder no futuro programar a vida e ver como ficará todo este prejuízo. A Câmara tem que tentar achar uma solução, a melhor possível para que estas pessoas que acreditaram nesta Cooperativa não venham a sentir-se abandonados e sem rumo.

Com a palavra o Vereador João Renato primeiramente agradece aos Vereadores pela aprovação da indicação que este Vereador faz ao Chefe do Executivo. Ninguém é condenado sem que se prove o contrário. Muitas vezes se é preso por uma medida preventiva por até mesmo ser testemunha de determinado delito. Fatos como este lhe deixou estarrecido com a situação humana da Cadeia Pública da Lapa. Soube que ocorreu dois assassinatos na comunidade do Canoeiro e dois cidadãos foram detidos, devido informações que tinham que prestar e não prestaram por motivos alheios ou medo dos assassinos, e que ficaram na Cadeia por vinte e um dias. Foram liberados e todos podem imaginar como ficou a cabeça destes cidadãos do por que ter sido presos, o que fez. O sistema carcerário não oferece nenhum tipo de acompanhamento psicológico e social. Não que estejam protegendo os condenados, pois se cometem crimes tem que pagar. No dia dezesseis de maio a Cadeia Pública da Lapa contava com vinte e nove presos e destes

quatorze não eram condenados e dos mesmos tinham alguns em medida preventiva e alguns com pequenos furtos. Ninguém consegue imaginar no que se transformam vinte e nove presos dentro de um cubículo como a Cadeia Pública, ou seja, uma escola do crime. Por isso o índice de criminalidade do Brasil está aumentando, porque ao invés de terem o sistema carcerário como uma reeducação como está escrito no Código de Processo Penal, estão tendo como uma escola do crime. Nesta indicação oriunda da conversa que teve com o Promotor Público, o qual indagou do por que a Câmara não fazer leis neste sentido. Por isso propõe ao Executivo para a Secretaria de Estado de Segurança Pública, Ministério Público e Município façam este serviço social para um acompanhamento social e principalmente psicológico. Registra também seu contentamento e satisfação como cidadão lapeano da presença do Deputado Natálio Stica, mesmo não tendo votado no mesmo, pois não é de fazer demagogia. Fica feliz por ele ser um Deputado lapeano e na qualidade de Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná visitar esta Casa de Leis e comunicar a abertura de seu escritório na Lapa para atender as reivindicações dos lapeanos. Espera que tenham este elo de ligação da Lapa com esfera superiores de Governo e reconhecimento de importância política que a Lapa tem diante do Estado do Paraná. Teve oportunidade de conversar com diversos Deputados na Assembléia Legislativa, juntamente com o Vereador Vilmar e um deles foi o Deputado Rafael Greca e o mesmo disse que acha a Lapa uma cidade maravilhosa, mas de admiração estão cansados, e qual foi à verba no Orçamento do Estado que o Deputado Greca fez para a Lapa. Outro Deputado que fez elogios à Lapa foi o Deputado Moisés Leônidas do PPB e a mesma pergunta este Vereador fez a ele. Precisam de algo concreto e andar mais nos bastidores políticos das esferas Estaduais e Federais para conseguirem estes recursos, porque somente de amor à Lapa o Município não sobrevive. Talvez com esta intenção do Deputado Natálio Stica como Vice-Presidente da Assembléia Legislativa possa ser o porta-voz diante do Governo do Estado e tenham representatividade. Devido ao ato número treze de dois mil e três, assinado pelo Presidente, atendendo a solicitação dos empresários do transporte coletivo da cidade da Lapa, esteve juntamente com o Vereador Vilmar em Curitiba na terça próxima passada, onde como haviam pré-determinado para fazerem uma visita ao gabinete do Deputado Mário Sérgio Bradock e quando chegaram com a audiência previamente agendada, foram recebidos por um de seus assessores. Foram atendidos educadamente e lhes deu um endereço e ligou para um advogado dizendo que era para os atender, deixando claro que as custas do atendimento do mesmo ficaria por conta dos Vereadores, sendo um descaso, pois não estavam lá pedindo esmolas. Deixa registrado desta forma seu descontentamento pela forma que foram recebidos no Gabinete do Deputado Bradock, mas por outro lado, como Deus escreve certo por linhas tortas, usaram da influência do Vereador Vilmar com o Deputado Anibelli, líder do PMDB na Assembléia foram ao seu Gabinete, na pessoa do assessor Joaquim e o mesmo ouviu o problema e acharam um absurdo, marcando desta forma uma audiência no mesmo dia com a Secretária Especial para Assuntos da Região Metropolitana, marcando então outra audiência com o Secretário Strapasson, onde foram recebidos como membros do Poder Legislativo da Lapa com o devido respeito, tendo dele o compromisso que no máximo em trinta dias o mesmo como Secretário de Governo pertinente da Pasta da COMEC vai rediscutir o Convênio firmado entre a Prefeitura Municipal e Curitiba a URBS e Governo de Estado a COMEC, principalmente no que diz respeito aos parágrafos segundo e sexto que é o que vem a prejudicar os empresários, passando também o número de seu telefone para lhe comunicar de qualquer fato que possa ocorrer depois daquela data até os trinta dias, e ele determinaria alguém responsável pela fiscalização da COMEC para liberação do veículo. Conclui que passará o relatório para o Presidente da Câmara e dentro de trinta dias terão outra audiência com o Secretário Strapasson para verificarem do que de concreto foi feito.

Com a palavra o Vereador Sérgio disse que quer deixar registrado do atendimento que a Secretaria de Desenvolvimento Urbano deu ao requerimento aprovado por esta Casa de sua autoria que solicita o apoio do Governo com relação ao Projeto Velho Cinema Novo. Tem informações oficiais que o projeto já recebeu aprovação em todas as Secretarias por onde transitou e principalmente pela decisão do próprio Governador em apoiá-lo, assim é bem possível que dentro de pouco tempo tenham uma melhor estrutura para o desenvolvimento da cultura e principalmente para atender as crianças da Lapa. Quando se refere a este projeto se reporta imediatamente das crianças no tempo que eram crianças e iam ao Cinema assistir a matinê de domingo que era o momento em que crianças e jovens confraternizavam-se. Faz uma observação com relação ao que o ilustre Deputado conterrâneo Natálio Stica disse nesta Sessão, onde se referiu a reivindicação que estão fazendo para a implantação de um Hospital Regional na Lapa, pois este é um trabalho que já vem sendo feito e que vem fazendo acompanhamento e até conversou com o Governador do Estado a este respeito e na sua opinião em termos de equipamento urbano o que a Lapa mais precisa urgentemente é deste hospital para poder atender a população da maneira que merece. Deixa registrado também sua contradição ao fato do signatário desta indignação sobre a Cooperfraldas, pois a pessoa que redigiu esteve falando com este Vereador e ponderou ao mesmo de que não poderia jogar a responsabilidade nas costas do Prefeito Municipal. Deu toda razão e disse que estava pronto para apoiá-lo em qualquer providência que fosse necessária ser tomada, principalmente na área da Polícia e do Ministério Público, recomendando que o caminho não é político, mas da justiça. É preciso que estes estelionatários a que eles se referem sejam responsabilizados. Não é possível falar em conivência do Prefeito com estelionatários, está mal redigido, pois de certa forma cria a impressão de que o culpado foi o Prefeito. É preciso que quando vierem os sócios cooperados a esta Casa como propôs o Vereador José Luiz que antes de tudo fique bem esclarecido e saber as razões pelas quais a cooperativa faliu e de quem é a responsabilidade. Quando se trata de fazer justiça, este Vereador é muito radical e acha que neste caso, apenas se está criando um bode expiatório para um momento de desespero para as famílias envolvidas neste projeto. Precisam encontrar uma maneira de ajudarem, mas que se tenha antes de tudo um levantamento minucioso de tudo que ocorreu, principalmente com relação à movimentação financeira, uma vez implantada a Cooperativa ela se tornou uma empresa cuja influência não pode ser atribuída ao Poder Público, pois até o momento da implantação a Prefeitura tenha tido alguma responsabilidade, mas a partir do momento que começou a funcionar os ares mudam. Pede que quando os Secretários virem a esta Casa seja devidamente avisado para que possa estar presente para poder ajudar.

Com a palavra o Vereador Vilmar disse querer por um ponto final na tal falada transferência deste Vereador da Lapa e funcionário da Sanepar. Na resolução número quatorze de cinco de abril de dois mil e três da Sanepar, talvez por um ato impensado de determinados políticos da Lapa, a sua transferência foi feita para a cidade de Irati, mas através da resolução número quarenta e seis de sete de maio de dois mil e três, lhe dá o direito de permanecer na mesma praça no mesmo banco, olhando as flores do mesmo jardim. Portanto, continua na Sanepar da Lapa e daqui não vai sair.

Solicitando um aparte o Vereador José Luiz pergunta ao Vereador Vilmar se esta ameaça de transferência houve algum prejuízo de ordem financeira ao mesmo como funcionário da Sanepar.

Continuando a palavra o Vereador Vilmar disse que não houve nenhum prejuízo na área financeira, pois o cargo de coordenação que este Vereador exerce na Sanepar não era reconhecido até então, ou seja, deixou de receber mil e seiscentos reais a mais para ir trabalhar na cidade de Irati, justamente por preferir ficar na Lapa, abrindo mão deste benefício que viria a receber, por ser uma questão de honra e ser um pedido político, não

sendo de sua vontade sair do Município da Lapa. Espera que seja a última vez que toca neste assunto nesta Casa de Leis, a não ser que os políticos queiram continuar a perseguição continuará se defendendo. Agradece ao Deputado Anibelli líder do PMDB na Assembléia Legislativa e ao Senhor Joaquim, Assessor Parlamentar do mesmo e ao Deputado Natálio Stica que quando soube da sua transferência se prontificou em ajudá-lo na sua permanência na Lapa. Se sente solidários aos cooperados da Cooperfraldas e parabeniza o Vereador José Luiz pela preocupação do mesmo do que está acontecendo com aqueles cooperados.Acha que foram palavras pesadas redigidas naquele documentário, usada pelo autor, mas ressalta aos cooperados que podem contar com a ajuda deste Vereador para tentar resolver esta situação. Sobre o caso que vem ocorrendo dos transportes coletivos no Município, agradece a interferência do Deputado Anibelli que mais uma vez mostrou sua competência e ao Secretário de Assuntos Especiais da Região Metropolitana. Através da Lei mil quinhentos e setenta e dois a Lapa foi incluída pelo Deputado Geraldo Cartario Ribeiro como cidade da Região Metropolitana e que até agora não tiveram lucro nenhum, mas prejuízo, pois segundo o Secretário Strapasson, esta Lei foi para regulamentar o transporte coletivo da cidade de Araucária e numa ação mal pensada incluíram todas as cidades da região Metropolitana, enfim, será revisto este Decreto, no qual já está sendo analisado um caminho para incluir uma emenda ou novo Decreto, dizendo que cidades com quilometragem superior a sessenta quilômetros ficarão isentos das exigências da URBS, melhorando em cem por cento, este problema. Sobre a área de saúde na Lapa, está acontecendo coisas que não deveriam acontecer na opinião deste Vereador, casos esses inacreditáveis. Um dos casos é que na comunidade de Campina, Lagoa Gorda um senhor procurou este Vereador dizendo que a ambulância foi buscá-lo às nove horas da noite em sua casa para que no outro dia de manhã fosse para Curitiba onde estava marcada uma consulta para futura cirurgia devida a problemas de trombose. Aconteceu que este Senhor veio para a cidade junto com um acompanhante e os deixaram dormindo nos Vicentinos, mas no outro dia de manhã conforme haviam combinado o ônibus não passou pegar este Senhor, no qual ficaram em situação constrangedora e sem consultar. Pede a Comissão de Saúde, Educação, Cultura, Esporte, Bem Estar Social e Ecologia desta Casa e aos responsáveis pelo setor de saúde do Município para que façam uma investigação neste caso e a outras reclamações que chegam até este Vereador e que talvez não chegue até o Prefeito. Existe outro caso de um senhor de trinta e oito anos com câncer, pedreiro, trabalhador autônomo e que a esposa está desempregada, com dois filhos de quatro e seis anos e que está precisando de dois tipos de exames, na qual já foi trocada esta receita pelo médico duas vezes por já ter passado mais de sessenta dias. Por curiosidade ligou para saber o preço destes exames onde um exame custa quatrocentos reais e outro custa duzentos e cinqüenta reais, existindo desta forma uma pequena chance de vida para aquele cidadão, mas tem trinta dias no máximo para fazer este exame segundo o médico. Deve haver uma maneira de agilizar as consultas de emergências, deixando sua indignação referente aos atendimentos de marcação de consultas. Devem dar o grito de alerta dentro desta Casa, pois é inadmissível existir pedidos de exames no setor de marcação de consultas há mais de cento e oitenta dias sem resposta para os pacientes. Foi eleito para defender sempre os menos favorecidos, pois os ricos não precisam de Vereador e de Prefeitura.

Ninguém mais inscrito, abriu-se espaço às lideranças partidárias, não havendo manifestações.

Passou-se então às Comunicações Parlamentares, inscrevendo-se o Vereador José Luiz de Castro.

Com a palavra o Vereador José Luiz disse que sobre os pedidos de indicações que fez, ao pedir informação oficial ao Secretário Estadual de Transportes sobre quais os critérios usados para elevar o preço das passagens Lapa a Curitiba, ocorrido recentemente, na qual houve uma alta bastante significativa e quando verem que em Curitiba a passagem de interbairros e urbano estão diminuindo o preço. Para piorar a situação da população lapeana o Prefeito resolveu aumentar a taxa de embarque de quarenta centavos para sessenta centavos dando com isso cinqüenta por cento de aumento, enquanto o salário sobe a conta-gotas e a passo de tartaruga, vem outras coisas a passos largos contra a população da Lapa. Indicação ao Prefeito para atualização de Plano de Cargos e Salários do Município, pois em todas as eleições isto é usado de maneira até certo ponto demagógica por parte do Executivo e após assumir o cargo, simplesmente esquecem, nomeiam comissões que não fazem nada, iludindo e desacreditando na administração perante os funcionários. Está na hora do Executivo mostrar algum trabalho neste sentido para os funcionários da Prefeitura e desta Casa de Leis. Indicação à Secretária de Meio Ambiente solicitando que faça poda violenta nas árvores da Avenida Manoel Pedro, pois no período de inverno quando as folhas normalmente caem, verem a presença de erva de passarinho em grande quantidade e estas pragas se não forem devidamente controladas irão dominar as árvores até à morte. Este trabalho deve ser feito no sentido de preservar as árvores e a longevidade, devido à beleza que causam na cidade.

Encerrando a Sessão o Senhor Presidente agradeceu a presença dos visitantes, bem como dos Senhores Vereadores e convocou-os para a próxima Sessão Ordinária a realizar-se no dia 27 de maio de 2003, á hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia:

Discussão Única do Veto Total ao Projeto de Lei nº 09/03, que regulamenta a concessão do Titulo de Declaração de Utilidade Pública para entidades instituídas no Município da Lapa, com fins exclusivos de servir desinteressadamente a coletividade e dá outras providências.

Discussão Única do Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 10/03, que altera dispositivos da Lei nº 1306, que instituiu a Política Municipal de Atendimento à Criança e ao Adolescente, conforme especifica e dá outras providências.

Discussão Única do Veto Total ao Projeto de Lei nº 12/03, que acrescenta o inciso X, ao artigo 83, e a Seção X, do Capítulo IV, da Lei nº 1138/92, alterada pela Lei nº 1144/92.

2ª discussão do anteprojeto de Lei nº 19/03, de autoria do Executivo Municipal, que concede auxílio financeiro à Associação Agroesportiva União Iguaçu e dá outras providências.

2ª discussão do Anteprojeto de Lei nº 08/03, de autoria do Executivo Municipal, que desafeta as áreas que especifica e dá outras providências.

2ª discussão do Anteprojeto de Lei nº 14/03, de autoria do Executivo Municipal, que desafeta da condição de área de preservação, imóvel que especifica e dá outras providências.

1ª discussão do Anteprojeto de Lei nº 15/03, de autoria do Executivo Municipal, que desafeta e autoriza o desmembramento de área institucional que especifica e da outras providências.

1ª discussão do Anteprojeto de Lei nº 18/03, de autoria do Executivo Municipal, que autoriza o Poder Executivo a conceder subvenção social à Instituição Adventista Sul Brasileira de Educação e Assistência Social-Grupo Desbravadores da Lapa.

Sendo o que tinha para constar, após lida e aprovada, será a presente ata por todos os Vereadores assinada.